

Democracia e elite: o papel da elite na sociedade pluralista*

Hans-Jochen Vogel**

1. O tema que me foi proposto pelos organizadores do evento se desdobra em muitas camadas e apresenta grande complexidade. Entretanto imagino que ninguém espera de mim uma discussão das diferentes teorias sobre as elites, mas uma palestra de um prático da política — de um prático que iniciou o seu trabalho há mais de três décadas, como o até então mais jovem prefeito de uma metrópole, e que, entretantes, para seu próprio espanto, é, desde as últimas eleições, um dos oito mais antigos membros do Parlamento Federal da Alemanha.

Dito isso, quero explicitar primeiramente o que entendo por elite (2), para então abordar a relação entre elite e democracia (3), ocupar-me em seguida com a situação real na República Federal da Alemanha (4) e acrescentar a essa reflexão uma observação conclusiva (5).

2. A palavra e o conceito de elite são relativamente recentes. O termo provém do francês, onde significa “seleção”, tendo sido absorvido pelo alemão no século XVIII como vocábulo de empréstimo perfeitamente vernaculizado [Lehnwort]. Há numerosas definições do conceito, o que contribui mais para criar confusão do que para esclarecer o assunto.

* Palestra proferida durante a jornada da Academia Evangélica Tutzing, em 2 de novembro de 1991 e traduzida por Peter Naumann, com revisão técnica de Carlos Roberto Winckler.

Agradecemos ao Instituto Goethe o apoio tanto no contato com o autor quanto na tradução do original em alemão.

** Proeminente político do Partido Social-Democrata Alemão. Foi Prefeito de Munique e de Berlim, Ministro da Justiça e líder da bancada federal do Partido Social-Democrata Alemão. Conselheiro do Governo, grau inferior no nível superior da hierarquia administrativa alemã (N.T.).

De acordo com o uso lingüístico corrente, há elites em muitas áreas da vida, do esporte à arte e muito além dessa escala. Mas, no contexto do tema que me foi proposto, compreendo por elite apenas a respectiva soma dos que podem impor ou impedir as decisões decisivas para uma sociedade ou influem de outra maneira nas normas sociais e na preservação ou na transformação da estrutura social em um Estado. Isso pode estar vinculado a funções, embora esse vínculo não seja necessário. Conheço ministros que não realizaram uma só decisão de relevância, nem ao menos a impediram durante a sua permanência no cargo. Inversamente, conheci homens e mulheres que influenciaram sensivelmente o desenvolvimento da nossa sociedade em determinados pontos, mesmo sem ocuparem funções formais, quer dizer, simplesmente por força da sua personalidade. Carl Friedrich von Weizsäcker e a Condessa Marion Dönhoff pertencem, à sua maneira, a esse grupo de pessoas.

Naturalmente, a elite no sentido da minha definição tem algo a ver com o poder e o seu exercício. Entretanto o poder é, conforme disse Max Weber, a chance de impor, numa relação social, a vontade própria, mesmo contra a resistência de outros, não importando em que essa chance se baseia. O poder pode fundamentar-se tanto no conhecimento e na habilidade social, na supremacia e força da pessoa — Weber chama isso de carisma —, no prestígio social ou na autoridade assegurada pela tradição e pela instituição quanto na competência normatizada. Potencia-se quando uma pessoa reúne várias dessas premissas. Assim, o Presidente do nosso país compensa, destarte as carências de competências constitucionalmente definidas para o seu cargo. Por isso, a redução do conceito de elite às assim chamadas elites funcionais passa ao largo da realidade.

Outras definições procuram tornar a inclusão na elite adicionalmente dependente do fato de que o indivíduo em questão exerce poder e influência em virtude de propriedades ou realizações [*Leistungen*] especiais. Na minha opinião, ocorre aqui uma mistura de descrição e valoração do fenômeno — e isso vai longe demais. Pessoas influentes podem ser perfeitamente preguiçosas ou más, ou ambas as coisas. Por esse motivo, a sua exclusão *per definitionem* poderia levar à conclusão de que as elites sempre devem ser vistas como algo positivo, subtraindo-se, assim, toda e qualquer avaliação posterior. Deveríamos ser preservados dessa conclusão já pelo simples fato de que o adjetivo “elitista”, derivado do substantivo “elite”, é perifrasedo na maioria dos dicionários com termos como “presunçoso” ou “arrogante”. As

coisas são diferentes com a pertença de uma elite democrática. Na minha opinião, ela deveria ser vinculada a exigências adicionais.

Usei o conceito de elite tanto no singular quanto no plural. Usei o singular, porque podemos diferenciar perfeitamente, segundo a área de atuação e o tipo de influência, por exemplo, entre a esfera política, no sentido mais estrito — e aqui incluo as forças armadas, pois felizmente já ocorreu uma integração de longo alcance das forças armadas no nosso arcabouço democrático, de sorte que praticamente não se pode mais falar de elites militares autônomas —, a esfera da economia, das associações de classe, a esfera da ciência, da arte e da cultura, a esfera da mídia e a das atividades eclesiásticas. O plural também me parece adequado em virtude das freqüentes situações de concorrência, e mesmo de enfrentamento, entre as elites e dentro de parcelas das elites. Usei o singular para assinalar, em oposição a isso, que os critérios para ser membro da elite, referidos ao efeito, são abrangentes e estão dimensionados com vistas à sociedade [*Gemeinwesen*] na sua totalidade e não apenas a partes dela. É certo que, nessa acepção, certos diretores-presidentes, certos redatores-chefe, certos líderes sindicais e certos potentados de associações patronais exercem — mais do que certos ministros ou muitos deputados — poder e influência sobre as normas sociais, sobre a estrutura social ou sobre decisões políticas concretas de relevância para a sociedade.

3. Pergunto agora como se inter-relacionam a democracia e a elite? Será que o conceito de elite e a sua existência podem ser inseridos, sem mais nem menos, no arcabouço de princípios da democracia? No caso do conceito de liderança, provavelmente não há quem hesite em afirmar isso. A democracia também carece de liderança. Mas será que ela comporta elites, ou mesmo necessita delas?

Quem quiser, como eu, responder afirmativamente a essa pergunta deve reconhecer inicialmente que há relações de tensão entre os dois dados.

Em primeiro lugar, o conceito de elite apresenta uma carga histórica negativa. Ele nos faz lembrar ordenamentos aristocrático-hierárquicos e épocas em que a ascendência (nobreza) ou a propriedade decidiam sobre a inclusão na elite e nas quais essa inclusão estava vinculada a privilégios consideráveis, em parte mesmo excessivos. Além disso, as teorias mais antigas sobre as elites não foram elaboradas para apoiar o processo de democratização, mas, muito pelo contrário, para contra-arrestá-lo. Lembremos que Mosca e Pareto, que atuaram decisivamente nessa área, foram reivindi-

cados, com boas razões, pelo fascismo. Também Platão, o primeiro a defender a idéia do governo dos “melhores”, foi sabidamente tudo, menos um democrata. E não deveríamos esquecer também que elites alemãs fracassaram repetidas vezes e terrivelmente no nosso século.

Mais grave ainda parece ser a tensão entre o princípio da igualdade e a idéia de uma minoria, que faz parte da elite, e uma maioria, que está sujeita à influência ou, para dizê-lo em termos mais duros, ao exercício do poder dessa minoria. Mas essa tensão se dissolve, se levamos em conta que igualdade não significa que todos possam exercer todas as funções ao mesmo tempo ou aproveitar todas as chances ao mesmo tempo. Por isso, o conflito desloca-se para a pergunta pelo acesso e pela seleção, isto é, para a área da igualdade de chances e para o problema do controle da elite.

Num primeiro momento, a questão do acesso é uma questão de educação e cultura [*Bildung*] — também não hesito em empregar o termo “educação” — e da formação profissionalizante. Até hoje, os políticos da educação brigam sobre a relação correta entre o fomento de segmentos mais amplos da população e o fomento dos superdotados. Para mim, as duas coisas são importantes e também conciliáveis — e isso também no âmbito do ensino fundamental. Aqui se deve evitar todo e qualquer enfoque específico para determinadas camadas sociais. Caso as elites só se renovassem a partir de si mesmas, teríamos uma situação contrária aos princípios democráticos, chegaríamos a petrificações da sociedade e restringiríamos, sobretudo, as chances de desenvolvimento e de crescimento das elites.

Os mecanismos de seleção e, com isso, também dá legitimação variam com relação às várias áreas parciais. A seleção dos detentores de cargos públicos corresponde, ao menos em princípio, a critérios democráticos. Ela é tomada diretamente por meio da decisão dos eleitores ou por órgãos democraticamente legitimados — no caso de funcionários públicos e juizes. Falarei, mais adiante, das carências e das deficiências da *práxis*.

Em outras esferas, a seleção obedece a princípios bem distintos. Os procedimentos eleitorais dos sindicatos e, com restrições, da Igreja Luterana são relativamente democráticos. O setor privado e as suas associações, a mídia e a Igreja Católica praticam os seus procedimentos próprios. Há enfoques para a co-gestão dos diretamente atingidos em empresas maiores, de acordo com a lei da co-gestão. Na mídia, o desenvolvimento parece ser antes regressivo. De qualquer modo, constituem exceções as regulamentações segundo as quais ao menos os redatores podem participar da escolha dos

redatores-chefe ou dos chefes de departamento. Na área da arte e da cultura, o grau da anuência e do reconhecimento públicos decide, em última instância, sobre a posição e a influência do indivíduo. Em casos isolados — como no de proprietários de fortunas muito grandes —, ainda é possível que a condição de filho de um tal proprietário tenha alguma importância.

Resta o problema do controle. Na democracia, todo o poder estatal emana do povo e está sujeito ao seu controle. Por isso, o povo deve estar em condições de afastar os membros da elite, mesmo contra a sua vontade, das suas funções de destaque. Na esfera política, isso se pode dar pelo caminho da não-reeleição, ocasionalmente pelo da destituição pelo voto ou pelo da aposentadoria provisória. Na esfera econômica e na mídia, isso é decidido, via de regra, pelo êxito econômico, isto é, pelo balanço ou pelo número de edições. Há quem diga que essa é uma forma de votação por via da demanda. Pessoas menos otimistas são de opinião que os proprietários do capital dispõem, nas duas esferas, de um poder decisório praticamente irrestrito. Inclino-me aqui para a posição dos menos otimistas.

Num balanço geral, chego, portanto, à seguinte conclusão: também a democracia não pode funcionar sem elites, só que ela não precisa de elites quaisquer, mas de elites que façam jus às suas exigências específicas. E, assim, já chego à questão colocada na definição do conceito.

Pergunto, portanto: o que uma democracia deve exigir da sua elite? Quem pode ser considerado elite em uma democracia?

Herbert Wehner, do qual todos estamos lembrados, sempre descreveu da seguinte maneira a sua compreensão de uma elite democrática, sem utilizar esse conceito e com a ajuda de uma citação dos primórdios do movimento operário, que ele levava consigo em um papel amarelecido:

“Os sucessos dos operários não teriam sido possíveis se os mais aptos para a resistência entre eles tivessem apenas cuidado de si e lutado para si mesmos, se eles não se tivessem considerado os precursores, os líderes e organizadores de todo o movimento operário, se eles não tivessem feito um esforço para que os seus colegas mais fracos — que ou não estavam em condições de defender os seus interesses ou não podiam defendê-los isoladamente, sem ajuda de terceiros — participassem das suas conquistas.

“A solidariedade de todas as camadas operárias, a união de fortes e fracos não é oferecida a todos apenas por razões ideais, i. é, por essas

razões que fazem com que os operários modernos se empenhem por todos os oprimidos; essa solidariedade lhes é ao mesmo tempo recomendada pelo seu interesse próprio corretamente compreendido”.

No meu catálogo das exigências, aparecem, evidentemente em posição bastante privilegiada, um abrangente conhecimento do assunto em questão, a capacidade de e a disposição para o trabalho, a capacidade de assimilação, a força de vontade, a capacidade de tomar decisões e de impor-se, bem como a capacidade de persuasão, que exige capacidade de comunicação. Mas valorizo, igualmente, a criatividade, a fantasia, a experiência de vida e o conhecimento do ser humano. E valorizo ainda mais a orientação segundo valores e a consciência da responsabilidade perante os outros e perante a sociedade, expressa na citação de Herbert Wehner. É mau o poder que é exercido pelo próprio poder, que instrumentaliza as pessoas e as usa como meios que contradizem os valores que ele alega realizar. O poder deve querer servir. Quem quiser fazer parte da elite deverá sempre ter diante de si duas sentenças:

- o mandamento do Evangelho, “Ama o teu próximo como a ti mesmo”; e
- a frase de Immanuel Kant, “Age de modo que a máxima da tua vontade possa simultaneamente vigor a qualquer momento como princípio de uma legislação universal.”

De resto, a frase do Evangelho afirma que é perfeitamente possível fazer algo em benefício próprio, mas só na medida em que a gente faz isso também pelos outros. E o “outro” ou o próximo não é apenas aquele que vive diretamente perto da gente. Ele é também a pessoa mais distante, também o forasteiro, por exemplo, o estrangeiro.

O que é importante para mim nesse contexto é a capacidade e a decisão de convencer os outros mais pelo próprio exemplo e pela credibilidade do que por discursos. A credibilidade nasce de uma atitude, na qual fazemos o que exigimos dos outros. Ela nasce também do autocontrole. Talvez isso exija até um pouco de ascese, não necessariamente no sentido monástico do termo, mas no sentido de que deixamos de praticar também o que não é proibido e abrimos conscientemente mão de vantagens. De resto, o futuro do Planeta e de toda a humanidade dependerá tanto do que deixamos de fazer, embora pudéssemos fazê-lo, quanto do que fazemos.

Sei que o meu catálogo de exigências é severo. Parece que se fala aqui também de exigências formuladas à maneira de tipos ideais. Mas a realidade da vida relativiza-o de qualquer modo e sempre fica um pouco aquém das exigências — inclusive das menos severas. E naturalmente ainda existe um catálogo de perigos típicos. Já mencionei a obsessão pelo poder. A auto-estima exagerada, o desprezo pelo ser humano e o egocentrismo fazem parte disso, bem como a perda da sensibilidade, da capacidade de escutar e o que chamo de deformação profissional. Em outras palavras: a perda da criatividade, em virtude das constantes exigências descabidas à nossa própria pessoa, e o estiolamento de todas as áreas da vida que não se relacionam diretamente com o trabalho cotidiano. O oportunismo também pertence a esses perigos, igualmente a tendência de dar razão a todos — sobretudo aos mais fortes —, de nadar sempre ao sabor da correnteza, de expressar-se sempre de modo a deixar aberta uma porta de saída. Mas há zonas de fronteira, nas quais se misturam o oportunismo, a cortesia, a diplomacia e o que se considera prudência política.

4. O que se segue de tudo isso para a situação real da República Federal da Alemanha?

Análises sociológicas realizadas em 1989 chegam à conclusão de que houve 3.500 detentores de posições de elite na antiga República Federal da Alemanha, de que 70% tinham concluído o curso superior e mais da metade tinham estudado Direito. A participação feminina foi de míseros 3,4%. A parcela dos que pertencem a um partido foi superior a 40%. Outras análises pretendem ter descoberto que a aceitação de princípios fundamentais democráticos e das instituições políticas seria elevada nesse círculo de pessoas e que esse círculo seria consideravelmente mais liberal do que a média da população alemã.

Não discuto esse diagnóstico, pois não tenho condições de verificar o seu acerto em detalhe.

Suponho, no entanto, que o círculo dos que foram incluídos aqui tenha sido dimensionado muito estreitamente e talvez considere apenas o nível nacional, não o nível regional. De qualquer modo, essas indicações estão entrementes ultrapassadas pela unificação política da Alemanha e pelo ingresso dos novos estados na Federação. Atualmente, estamos assistindo a um processo peculiar nos novos estados: refiro-me à necessidade de substituir a elite não democrática existente até 1989. De resto, o anseio expresso dos habitantes dos novos estados pela substituição imediata dos velhos quadros

ênfatiza que a democracia necessita de elites. Mas ela não necessita de elites quaisquer, mas de elites que correspondam às exigências democráticas.

Por isso, as minhas próximas observações não são de natureza genérica, mas reproduzem algumas impressões concretas, que colhi no decorrer do tempo. Por razões compreensíveis, a esfera política ocupa o primeiro plano. Observo nas reflexões a seguir a ordem de seqüência da estrutura que mantive até agora.



No início, estava a minha tentativa de delimitar o conceito de elite. Essa tentativa inclui apenas aqueles que podem tomar decisões relevantes. Mas não se deve esquecer, além deles, o assim chamado segundo escalão, que abrange, entre outros, os assessores diretos, os *ghost writers*, os assistentes, os gerentes e os porta-vozes. A sua influência é consideravelmente maior do que a opinião costuma perceber. Em casos concretos, isso pode ir a um ponto no qual eles determinam mais o desenvolvimento do que a pessoa para quem eles trabalham nominalmente. Apesar disso, mantenho a delimitação, pois, do contrário, deveríamos incluir, ocasionalmente, também os cônjuges maridos ou esposas ou os companheiros e as companheiras.

Quero, no entanto, incluir os porta-vozes de movimentos de cidadania [*Bürgerbewegungen*], quando tanto o movimento quanto o respectivo porta-voz aparecem por um certo tempo e são percebidos pela opinião pública a nível nacional. Rudi Dutschke e Bärbel Bohley — para mencionar apenas dois exemplos —, que preenchiam esses pré-requisitos, exerceram, cada um a seu tempo, uma influência considerável sobre a consciência da sociedade. Como mostram as biografias de Daniel Cohn-Bendit e Joschka Fischer, podem surgir aqui também transições fluidas de funções informais para funções formais. Vejo nisso uma coisa perfeitamente positiva para a renovação das elites e sua vitalização.

No que diz respeito às elites parciais, elas estão mais fortemente separadas entre si na República Federal da Alemanha do que em outras democracias, especialmente na Grã-Bretanha ou nos EUA. O ingresso de um diretor-presidente de uma grande empresa ou de um redator-chefe de um grande jornal ou de um cientista eminente no Parlamento Federal ou mesmo no Governo Federal é tão raro como a transformação no outro sentido. Provavelmente, não haveria mais do que meia dúzia de exemplos: dentre eles,

Karl Hermann Flach, Manfred Lahnstein, Philip Rosenthal, Detlev Karsten Rohwedder e — se bem que caracteristicamente só por algumas semanas — Rudolf Augstein. Alegam-se, via de regra, as perdas financeiras que tal passagem para a política acarreta, além da reputação menor e do caráter fatigante da atividade política em comparação com outras áreas. Isso, sem dúvida, tem alguma relevância. Acresce, no entanto, na minha opinião, que não são poucos os expoentes dessas áreas, especialmente do setor privado e da mídia, que crêem poder exercer uma influência política maior e com mais conforto a partir de fora do que a partir de dentro do Parlamento Federal. Além disso, parece também que ainda estamos muito distantes da atitude de que é algo natural servir à sociedade [*Gemeinwesen*], ao menos por um certo tempo, também na vida pública.

Atualmente, é oportuna a pergunta pela absorção de indivíduos no contexto da já mencionada troca de elites nos novos estados da Federação alemã. Na minha opinião, a resposta deve orientar-se mais segundo o critério da credibilidade do que é o caso até agora. Quem serviu ao sistema antigo sem contradizê-lo pode também ser considerado futuramente para várias tarefas. Eu mesmo sou o último a defender um julgamento coletivo. Mas continuar deixando uma tal pessoa em uma função política ou dar-lhe um novo cargo político significa fomentar diretamente o preconceito de que a política é uma coisa suja — a não ser que a referida pessoa tenha sido eleita em meio ao pleno conhecimento da sua atividade anterior. As dificuldades atuais dos antigos blocos partidários [*Blockparteien*] ou dos partidos sucedâneos nos novos estados da Federação derivam da desconsideração dessa lição.



Os resultados da seleção da elite política têm sido criticados cada vez mais. Pelo que sei, as acusações mais importantes são as seguintes:

- cada vez mais candidatos sem nenhuma experiência profissional prática entram no Parlamento Federal. As carreiras de *insiders* dos aparelhos partidários e das bancadas substituem o funcionário de comprovada experiência em uma atividade fora da política;
- o serviço público está excessivamente representado, outras áreas têm representação a menos e os operários praticamente não estão presentes;
- as mulheres continuam sendo insuficientemente representadas. É certo que a minha bancada demonstrou, com o aumento da participação

feminina de 16,1% para 27,2% nas últimas eleições, que isso pode ser mudado gradativamente. Mas, no geral, uma participação feminina no Parlamento Federal de, em média, 20,5% é totalmente insatisfatória;

- de resto, há também um problema de representação na geração dos mais velhos. Os parlamentares com mais de 65 anos de idade perfazem 14,9% da população total, mas apenas 1,2% de todos os deputados. Entre os deputados com menos de 35 anos de idade, as coisas estão apenas ligeiramente melhores: eles perfazem 27,2% da população total e 5,7% de todos os deputados. Devemos, no entanto, levar em conta, aqui, o que foi dito no início sobre a necessidade de uma suficiente experiência de vida e de atividade profissional;
- em média, a permanência no Parlamento Federal é demasiado longa. Isso leva ao imobilismo.

Com exceção do último item — lembremo-nos que o período médio de permanência no Parlamento Federal só dura quase oito anos —, essa crítica me parece justificada no seu cerne. Mas não vejo nenhuma outra possibilidade de solução do que a agudização continuada da consciência de todos os cidadãos, não no sentido de um xingamento generalizado da política e dos políticos, mas no sentido de um trabalho de persuasão, que leva, passo a passo, à correção dos hábitos de seleção vigentes até o momento. Não espero muito das modificações, sempre de novo propostas, dos procedimentos de seleção; não vejo, para ser mais específico, que uma eleição primária por todos os membros do partido em um distrito eleitoral traga melhorias, enquanto a consciência da sociedade em geral não tiver mudado.

Seria ir longe demais se eu quisesse manifestar-me também sobre os resultados da seleção nas áreas restantes. Registro apenas, por assim dizer em nota de rodapé, que a influência dos partidos sobre decisões referentes ao provimento de cargos é, na minha opinião, claramente excessiva — como na administração pública, nas emissoras de rádio e televisão de direito público e em algumas entidades de classe. É claro que, aqui, cada um pensará primeiro nos outros partidos e só depois no seu partido. Mas ocasionalmente deveria ser lícito lembrar que, segundo o Art. 21 da Lei Fundamental, os partidos também atuam na formação da vontade política, mas não podem penetrar de forma mais ou menos planejada em áreas inteiras, repartindo-as entre si.



Resta falar sobre o meu catálogo de exigências. Aqui ainda me restrinjo à esfera política e aos itens que me parecem ser especialmente importantes.

Para mim, importa que a política não desaprenda a capacidade de escutar e não perca o contato com a realidade da vida e das preocupações cotidianas das pessoas. Por isso, não posso endossar as piadas sobre os deputados que levam a sério o trabalho no seu distrito eleitoral, que participam de eventos, nos quais se reúnem pessoas a partir das motivações mais distintas imagináveis, ou que simplesmente ajudam os cidadãos a solucionar um problema concreto. Muito pelo contrário: quem considera isso supérfluo, deve deixar que o indaguem sobre o que significa para ele verdadeiramente ser um representante do povo, e que o indaguem se ele não se comporta de maneira elitista. Ocorre que isso justamente não deveria ser feito por quem se inclui na elite.

Além disso, importa para mim que haja uma relação equilibrada entre conhecimentos detalhistas e a capacidade de fornecer uma orientação geral. Quem não souber mais do que os outros em uma determinada área e não dispuser, ao mesmo tempo, de orientações gerais não subsistirá duradouramente e também não poderá afirmar a sua auto-estima. E quem souber, enquanto especialista, cada vez mais sobre áreas cada vez menores até um dia saber tudo de nada é tão imprestável como o generalista que sabe cada vez menos de áreas cada vez maiores até, finalmente, não saber mais nada de tudo.

Já falei do abuso do poder. Ele se manifesta no fato de os homens serem instrumentalizados como meios para um fim. Entretanto ocorre também um abuso, quando se instrumentalizam os problemas, quando não se trata mais de solucionar um problema, mas de lidar com ele, de modo que o inimigo político sofra o maior prejuízo possível. Cito como exemplo didático o *affaire Barschel*, se bem que uma das boas lições desse acontecimento está no fato de que um abuso tão crasso foi punido pelos eleitores. Quanto ao abuso de problemas, poderia citar aqui alguns fenômenos da discussão atual em torno do direito de asilo. De qualquer modo, parece-me um abuso dizer que um problema tem grande urgência e postergar as soluções possíveis nas circunstâncias, na esperança de que a continuação do estado atual vá prejudicar o adversário.

Por fim, o exemplo pessoal e a credibilidade parecem-me ter uma importância central. A opinião pública ocupa-se, a propósito dessas coisas, sobretudo com as diárias dos deputados e com o pagamento de um valor global para custos. A crítica dos aumentos anuais pode ser popular, mas não se

justifica. Muito pelo contrário, os aumentos não vão além dos aumentos generalizados dos salários e das remunerações, ficando mesmo muito atrás deles há muito tempo. Além disso, praticamente inexistente um grupo social comparável que tenha aberto mão de todo e qualquer aumento da renda durante sete anos — de 1977 a 1983.

Aqui não se pode falar de privilégios. Mas o que dizer das regulamentações das pensões dos líderes de bancada em Hamburgo? Que dizer da transparência e do controle dos orçamentos das bancadas? E por que os deputados precisam voar na primeira classe nas suas viagens dentro da Alemanha e na Europa? Por que um número excessivo de ministros usa a luz azul?¹ A disposição de recusar, em caso de dúvida, convites de pessoas com as quais se mantêm relações de serviço faz parte desse rol de perguntas.

Alguns poderão ver nisso algo secundário, mas, pela minha experiência, tais coisas têm a maior importância para o renome da política e dos políticos. Quem duvida disso deve lembrar-se de quanto tempo a prática de doações aos partidos ou aos sindicatos ou os abusos na administração pública produziram efeitos negativos na avaliação dos partidos. Aqui reside uma das raízes mais importantes do desinteresse pelas eleições.

5. O meu tema foi **Democracia e elite**. Repito à guisa de conclusão: a nossa democracia necessita de uma elite. Ela não necessita incondicionalmente do termo, mas ela necessita do que esse termo designa.

A democracia necessita, portanto, de personalidades que não se julguem melhores do que os outros, que não exigem privilégios e se submetem, sem qualquer restrição, ao controle democrático, que, no entanto, formulam exigências adicionais para si e fazem isso pela simples razão de que das suas decisões, do seu comportamento, dos seus atos e das suas omissões depende não apenas o seu próprio bem-estar, mas o bem-estar das muitas pessoas que convivem na nossa democracia, no nosso país. E não apenas dessas pessoas!

A urgência com a qual a nossa república necessita de uma elite assim compreendida é diretamente proporcional aos desafios que temos de vencer e que são maiores do que em qualquer momento do passado. Ao nível interno, temos de levar a termo a unificação da Alemanha e renovar ecologicamente

¹ O uso da luz azul por ministros equivale ao nosso uso de batedores em comitivas oficiais.

as nossas estruturas. Ao nível externo, temos de ajudar na unificação da Europa, na estabilização do Leste Europeu e na solução dos problemas, de cuja superação depende a sobrevivência ecológica, econômica e social da humanidade. Em tudo isso, a nossa responsabilidade não ficou menor em virtude do colapso do comunismo. Ela aumentou mais ainda.

Sem forças dispostas para a liderança e capazes de exercê-la, não estaremos à altura dessa responsabilidade. Com todas as restrições e objeções, essas forças existiram entre nós no passado. Tenho certeza de que elas existirão também no futuro.

Abstract

The author discusses the notion of elite according to acting and influence area, pointing out the necessity of elites capable of deciding and exerting influence, ethically and culturally committed to democracy, a regime which cannot work without them. The author describes the German political elites' situation and its degree of responsibility to the solution of problems such as the German and European unification, and the crisis in Eastern Europe. Problems on which depends humanity's survival.